



POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

CONVENTO DOS MERCEDÁRIOS: UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO NO BAIRRO DA CAMPINA – BELÉM - PA

Ana Paula Claudino Gonçalves ¹

INTRODUÇÃO

Situado no bairro da Campina, no Centro Histórico de Belém, o antigo Convento dos Mercedários está sendo alvo de pesquisa no campo da arqueologia. Com mais de três séculos de existência, o convento se constitui como um sítio histórico com potencial para investigação arqueológica, de onde podem ser descobertos vestígios da cultura material após a colonização portuguesa.

O estudo que vem sendo desenvolvido já recuperou por meio de salvamento arqueológico, fragmentos de louças, vidros, metais e ossos, em camadas abaixo do solo no estacionamento do edifício que, atualmente passa por obras de reforma e restauro.

O conjunto formado pela Igreja das Mercês e Convento dos Mercedários é tombado no âmbito federal pelo IPHAN desde 1941, constituindo-se como patrimônio material a ser preservado conforme o decreto Lei de n. 25/1937. A Praça Barão do Rio Branco, popularmente conhecida como Largo das Mercês, bem como as ruas Gaspar Viana e Santo Antônio, as travessas Frutuoso Guimarães e sua paralela nos trechos correspondentes ao entorno da referida praça está sob proteção na esfera estadual desde 1988.

Apesar do conjunto, da praça e seu entorno já se encontrarem protegidos sob a legislação federal e estadual, observa-se que ocorre a preocupação com a proteção da estrutura física que se encontra acima do solo. No entanto, não podemos esquecer que ele também faz parte do universo do patrimônio arqueológico, não só como um superartefato, mas trazendo à tona outros patrimônios por meio dos vestígios encontrados abaixo do solo.

¹ Doutoranda em Antropologia com ênfase em Arqueologia pelo PPGA-UFPA; Bolsista da CAPES; Graduação e Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA; Membro do Grupo de Pesquisa GAHIA - Grupo de Arqueologia Histórica na Amazônia. E-mail: anapaulaclaudino7@gmail.com

O Patrimônio Arqueológico é todo produto material que faça relação ou alusão à memória humana, esteja em superfície, no subsolo ou sob às águas. Assim, serão considerados elementos do patrimônio arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade (tempo) e sua relação com o ambiente (espaço). (...) a importância do patrimônio arqueológico revela-se de forma extensível e completa, pois a percepção de sua preservação ou contribuição é alicerçada sobre questões gerais, campo que envolve toda sociedade (COSTA, 2004, p. 14).

O principal avanço na proteção ao patrimônio arqueológico ocorreu quando foi promulgada a Lei n.3924, de 26 de julho de 1961, ela serviu como base para as normativas que se seguiram (BANDEIRA, 2018).

Posteriormente, a organização do patrimônio cultural foi regida pela Constituição Brasileira de 1988, que em seu artigo 216 considera como patrimônio cultural, dentre outros, os sítios de valor histórico e arqueológico. Apenas a partir da Portaria SPHAN n. 007, de 1 de dezembro de 1988 que foram regulamentadas as permissões, autorizações e comunicação prévia para a realização de pesquisas arqueológicas já expressas na Lei n.3924/1961 (BANDEIRA, 2018).

Foi criada a Portaria IPHAN n.230, de 17 de dezembro de 2002, revogada pela Instrução Normativa n. 001, de 25 de março de 2015 que estabeleceu os procedimentos administrativos a serem realizados pelo IPHAN na regulamentação das ações de arqueologia no licenciamento ambiental. A partir de 2016, com a extinção do Ministério da Cultura e destituição de toda a diretoria do IPHAN, outras normativas foram publicadas, mas sem a adequada consulta à comunidade arqueológica (BANDEIRA, 2018).

Em vista das legislações vigentes, foi autorizada pelo IPHAN portaria em outubro de 2020 para a realização do Projeto de Levantamento e Prospecção Arqueológica na Igreja e Convento dos Mercedários conforme o que institui a Portaria n. 7 de 1988.

CONVENTO DOS MERCEDÁRIOS: HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

A instalação do convento remonta o século XVII, quando os padres João da Mercê e Pedro de La Rua Cirne fundaram, em 1640, a primeira fundação mercedária do Brasil, no bairro da Campina, em Belém. Tanto a Igreja quanto o convento tiveram a primeira construção modesta, de taipa coberta de palha. No século XVIII foi iniciada a construção do templo atual, em alvenaria de pedra, reflexo da prosperidade econômica adquirida pela ordem com as rendas advindas de suas fazendas de gado (FERRAZ, 2000; MEIRA FILHO, 2015).

Os Mercedários são expulsos da província em 1794, e a partir de 1796 o edifício deixa de assumir a função religiosa, sendo instalados em suas dependências vários estabelecimentos,

a sede da Alfândega e, posteriormente o Quartel Militar e o Arsenal de Guerra. Em 1835, durante a Revolta da Cabanagem, o Arsenal de Guerra que funcionava nas dependências do edifício, foi ocupado durante os nove dias de luta do conflito. Após este episódio, o convento e o templo sofreram reformas e adaptações a fim de reparar os estragos resultantes dos combates (FERRAZ, 2000; MEIRA FILHO, 2015).

A partir de 1847 até o século XX o edifício passou a abrigar diversas instituições. Em 1978 um incêndio destruiu totalmente a cobertura do convento e deixou suas paredes comprometidas. Entre 1985 e 1987 o Conjunto foi restaurado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e durante as obras foram descobertas soterradas sobre o pátio, várias balas de canhões com diâmetro de aproximadamente 20 a 25cm e, quatro canhões, três deles com cerca de 3m e um com 2,5m de comprimento. As peças são remanescentes da ocupação do prédio pelo Arsenal de Guerra (FERRAZ, 2000).

Entretanto, durante esse processo de restauro não foi empreendida uma pesquisa arqueológica, o que poderia resultar de mais descobertas a respeito da cultura material de períodos anteriores de ocupação do edifício. Diante disso podemos observar a necessidade da arqueologia para se contar mais completamente a história do bem que não se encontra registrada nas fontes escritas.

A falta de manutenção do edifício acarretou em diversos problemas que levaram às instituições a se retirarem gradativamente do local, ficando o espaço subutilizado e em face de completa desocupação. Até que a partir de 2018 ele passa a funcionar como campus da UFPA abrigando os cursos de graduação em Conservação e Restauro e pós-graduação em Ciências do Patrimônio Cultural.

O Mercedários UFPA atualmente está em obras e com a pesquisa arqueológica que vem sendo desenvolvida é proposto um estudo sobre a biografia do edifício abordando aspectos de sua história, configuração arquitetônica, usos e transformações ocorridas ao longo dos anos, além de compreender, sob a ótica da arqueologia histórica, a materialidade encoberta que reflete os costumes de consumo de várias épocas.

Nesse sentido, a pesquisa se propõe a investigar além dos objetos materiais, vestígios de estruturas da edificação do antigo convento que possam estar encobertas, mas que aparecem em um desenho em planta-baixa do convento de 1793 (Figura 1). Como, por exemplo, um possível poço situado no centro de um dos pátios e estruturas das paredes que dividiam o convento-velho, a casa do sal e o tronco, compartimentos esses, que de acordo com o desenho, compunham a edificação.

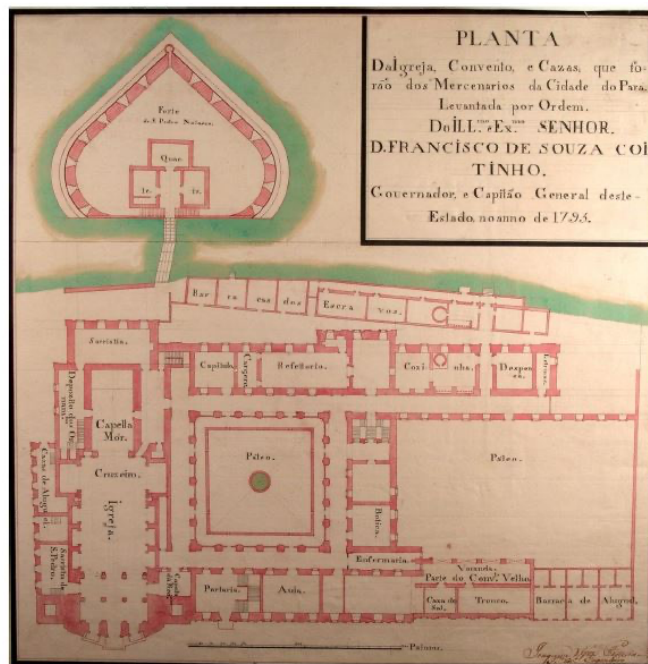


Figura 1: Planta da Igreja e Convento Mercedários de 1793

Fonte: Amorim, 2011

Durante o salvamento arqueológico empreendido durante as obras de reforma das instalações elétricas que ocorreram no atual estacionamento do edifício, foram encontrados vestígios materiais, os quais foram higienizados, numerados e armazenados. Atualmente está ocorrendo o processo de análise, no qual serão identificadas, dentre outras coisas, as características quanto a composição do material, formas, aspectos estilísticos e períodos de fabricação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Histórico de Belém se constitui com alto potencial investigativo no campo arqueológico. Em 2020 as obras empreendidas sob responsabilidade da prefeitura no Solar da Beira e na Rua João Alfredo contaram com a participação de acompanhamento arqueológico, no entanto, na revitalização das praças Barão do Rio Branco, Carmo e Dom Pedro I não ocorreu esse cuidado.

No que concerne ao edifício do Mercedários, o mesmo passou desde sua fundação até os dias de hoje por diversas intervenções e acréscimos, além de diferentes usos. Contudo, a proteção ao patrimônio arqueológico não esteve presente nessas ingerências.

Dessa forma, a pesquisa no campo arqueológico vem contribuir ao resgate histórico. Por meio dos vestígios materiais encontrados podemos conhecer o nosso passado e compreender os hábitos relacionados ao consumo dos habitantes da capital através dos séculos, no bairro da

Campina, o segundo a ser ocupado em Belém e que guarda uma vasta riqueza patrimonial já evidenciada por sua arquitetura, todavia, pouco conhecida quando se remete a arqueologia.

A Instrução Normativa n. 1 de 2015, que tange sobre o patrimônio arqueológico, prevê a realização de projeto integrado de educação patrimonial, no entanto, não devem se restringir a palestras e atividades exclusivamente promocionais, de esclarecimento e divulgação.

Diante do exposto, é preciso que seja realizada fiscalização eficaz das atividades que envolvem bens de interesse arqueológico, além de políticas públicas que promovam estratégias de interlocução com a comunidade para que esta esteja a par do que está ocorrendo, contribuindo com suas demandas, esse é um de modo aproximá-la da arqueologia e das políticas públicas culturais.

Palavras-chave: Convento. Mercedários. Arqueologia. Patrimônio. Proteção.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Adelina de Figueiredo Batista. **A missão franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão (1622 -1750): agentes, estrutura e dinâmica**. Doutorado em História, Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em: < <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5393> > Acesso em: 27 de setembro de 2021.

BANDEIRA, Arkley Marques. ‘Políticas públicas culturais e a proteção do patrimônio arqueológico no Brasil: perspectiva histórica’. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p. 259-284, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9231/5499> > Acesso em: 13 de outubro de 2021.

COSTA, Diogo Menezes. ‘Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir’. In: **Revista Habitus**, Goiânia, v. 2, p. 333-360, 2004. Disponível em: <http://plaza.ufl.edu/dmcosta/Downloads/Costa_2004.pdf> Acesso em: 25 de setembro de 2021.

FERRAZ, Eugênio. **Convento dos Mercedários de Belém do Pará**. Belo Horizonte: Ed. Com Arte, 2000.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história, 1616-1823**. Belém: Organização Márcio Meira: M2P Arquitetura e Engenharia, 2015.